

"ESTATUTANDO": UMA PROSA, UM PANDEIRO E O SEGMENTO INFANTO JUVENIL

Autores: GEUSIANI PEREIRA SILVA E NASCIMENTO, THALITA LORRANE ROCHA RODRIGUES, NOÊMIA DE FÁTIMA SILVA LOPES, MARCIELLY MENDES RODRIGUES, EDVÂNIA MAIA NOBRE, IZABEL CRISTINA RODRIGUES

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, é uma referência importante para o reconhecimento das crianças e dos adolescentes como cidadãos, com direitos e deveres. Esse documento estabelece que é de responsabilidade precípua da família, da sociedade e do Estado, assegurar a esse público, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Com base nesses entendimentos, e noutros advindos de estudos e vivências acadêmicas, como as dos campos de estágio em 2017, é que se apresenta o presente projeto de extensão, por meio do Núcleo de Estudos, Pesquisas e intervenções em Serviço Social – NEPISS. A proposta é trabalhar assuntos e conteúdos sobre os contextos que violam direitos, bem como sobre a funcionalidade da Política de Atendimento as crianças e aos adolescentes. Assim, o presente trabalho tem, como principal **objetivo**, apresentar o Projeto “Estatutando” que, por meio de metodologias específicas, trabalhará conteúdos importantes do ECA (1990) nas escolas, espaços públicos e comunidades. Como **metodologia** tem-se, primeiramente, o desenvolvimento de pesquisas bibliográficas que subsidiam a elaboração de propostas interventivas, atentas às particularidades do Serviço Social e, também, às linguagens assimiladas pelo público a ser atendido. Parcerias serão firmadas com outros cursos para a elaboração coletiva das propostas de trabalho. A intenção é que sejam criativas, tenham conteúdo apropriado e que viabilizem o desenvolvimento de peças teatrais, danças, show de fantoches e musicais que abordem conteúdos ditos indispensáveis. Num segundo momento, identificar-se-ão as escolas e espaços interessados em receber o Projeto. Dentre os **resultados** já obtidos tem-se o aprofundamento teórico-metodológico dos temas em questão. Por outro lado, aspira-se que o projeto contribua para a mudança de posturas advindas da apropriação de novas informações e conhecimentos. Nesse sentido, considerando a atual conjuntura de regressão dos direitos sociais no Brasil, acredita-se que tal formação contribuirá, de forma significativa, para uma maior compreensão da história dos direitos humanos, reforçando o exercício da cidadania e a formação de consciências que reconheçam a proteção integral como um importante direito do segmento infanto juvenil.